

REDE NACIONAL DE TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE

Foto: Vitor Ferreira

QUEM SOMOS?

A Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas é uma política pública oficialmente instituída pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Turismo (MTUR) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A RedeTrilhas possui uma “certidão de nascimento”: a Portaria Conjunta MMA, MTur e ICMBio N.º 407, de 19 de outubro de 2018. Os critérios para adesão à RedeTrilhas foram definidos pela Portaria Conjunta MMA, MTur e ICMBio N.º 500, de 15 de setembro de 2020.

Voluntários engajados nos projetos de Trilhas de Longo Curso (TLC) fundaram a Associação da Rede Brasileira de Trilhas, que representa as dezenas de projetos de TLC espalhadas pelo Brasil e investe em novos projetos e na consolidação da RedeTrilhas, envolvendo estados, municípios, voluntários e proprietários privados de terras em todas as regiões do Brasil, apoiando o Governo na Gestão das Trilhas Brasileiras.

REDE NACIONAL DE
TRILHAS DE LONGO CURSO
E CONECTIVIDADE



Por ordem do

Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Por meio da

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



MINISTÉRIO DO
TURISMO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



A REDETRILHAS

A RedeTrilhas possui como propósito:

- promover as TLC como instrumento de conservação da biodiversidade, conectando paisagens, remanescentes naturais e Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares;
- reconhecer e proteger as rotas pedestres e de outros meios de viagem não motorizados de interesses natural, histórico e cultural;
- sensibilizar a sociedade sobre a importância da conservação da natureza, engajando parceiros e voluntários;
- ampliar e diversificar a oferta turística, de modo a estimular o ecoturismo;
- valorizar o trabalho voluntário no estabelecimento das TLCs.

SNUC

Criado pela Lei N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), prevê 12 categorias de UC, que podem ser geridas pelas esferas federal, estadual/distrital ou municipal, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e aos usos permitidos. Coordenado pelo MMA, o SNUC tem o intuito de promover a conservação, a restauração, o uso sustentável e a valorização social e econômica da biodiversidade, das paisagens e dos recursos naturais, respeitando o conhecimento e a cultura das populações tradicionais e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC é constituído por um conjunto de diretrizes e ferramentas que permitem integrar ações do poder público e da iniciativa privada na criação e gestão de UCs, tornando-o um dos modelos de conservação mais sofisticados do mundo.

Dentre essas ferramentas, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) tem como principal objetivo organizar e disponibilizar um banco de dados com informações oficiais das UCs que compõem o SNUC. Essa plataforma integra dados padronizados sobre as principais informações de cada UC, facilita o monitoramento do estado de implementação e gestão do sistema, como também facilita o acesso a outras políticas públicas que englobam as UCs e direciona a execução das políticas públicas que priorizam a implementação de UCs (cnucc.mma.gov.br).

COMO FAZER PARTE DA REDETRILHAS

Para você que deseja ser um agente indutor do desenvolvimento de uma Trilha de Longo Curso em sua região, apresentaremos a seguir o passo a passo de como implementar uma TLC.

Tais informações auxiliarão na organização da formação de uma TLC sob a perspectiva organizacional e territorial. Esse processo facilitará a análise da proposta para que sua trilha passe a compor a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas).

Para mais informações e orientações, acesse a página da RedeTrilhas no site do Ministério do Meio Ambiente.



Site MMA
RedeTrilhas

COMO IMPLANTAR UMA TRILHA DE LONGO CURSO

1. Identifique todas as trilhas e caminhos já existentes na região

Envolva gestores de áreas protegidas, como parques, florestas ou reservas particulares, condutores de visitantes, guias, organizadores de eventos esportivos, grupos de caminhantes, ciclistas e outros grupos trilheiros, e converse com moradores da região.

Não se esqueça de conversar também com os órgãos de promoção do turismo da sua região.

2. Busque possibilidade de conectividade entre essas trilhas

Procure possíveis traçados que estabeleçam conectividade entre os parques, Unidades de Conservação e outras áreas verdes na região, permitindo também o fluxo de fauna.

Estabeleça junto ao órgão gestor de cada Unidade de Conservação na região parceria formal ou informal em torno da criação ou reconhecimento da trilha. No caso de territórios de comunidades tradicionais, deve ser realizada reunião com suas respectivas lideranças comunitárias para seu esclarecimento, anuência e envolvimento no projeto de trilha.

Incluir pontos de interesse cultural aumenta a atratividade da trilha.

Para entender melhor:

Trilha Local é a trilha que pode ser percorrida a pé em algumas horas, ou em um dia de caminhada, no máximo;

Trilha Regional é a que demanda pelo menos um pernoite e no máximo vinte e oito dias de caminhada para que seja percorrida em sua totalidade;

Trilha Nacional demanda mais de vinte e oito dias de caminhada para que seja percorrida.

3. Verifique as possíveis conectividades entre as trilhas da região com trilhas das regiões vizinhas

Entre em contato com representantes locais da RedeTrilhas mais próxima para verificar se há possibilidade de integrar alguma das Trilhas Nacionais em planejamento e implementação.

Articule com as trilhas das regiões vizinhas.

4. Escolha o traçado e sempre privilegie espaços naturais e vegetados

É possível que, no início do processo de implementação da Trilha, o percurso adotado não seja o melhor percurso possível, mas o mais viável. Neste caso, é possível que haja a substituição de trechos ao longo do tempo, além da criação de trechos alternativos que podem, inclusive, enriquecer ainda mais a trilha.

Os trechos de trilhas em Unidades de Conservação devem ser propostos de forma compatível com seus regulamentos, como planos de manejo, zoneamento e normas.

SINALIZAÇÃO E MANEJO

1. DESENVOLVA UMA PEGADA

Desenvolva ou escolha uma ou mais pegadas para a sinalização da(s) trilha(s) da região, seguindo como referência o Manual de Sinalização de Trilhas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Manual de uso da marca "Trilhas do Brasil" da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso.

Assegure-se que os direitos autorais do desenho e uso da pegada/rastro de bike usado para sinalizar a trilha estejam registrados em cartório como de livre uso.



Exemplos de pegadas

2. FAÇA UMA OFICINA DE SINALIZAÇÃO

Realize uma oficina de sinalização com os atores relevantes na região (representantes de Unidades de Conservação (UCs), servidores de Órgãos de Meio Ambiente e Secretarias de Turismo, servidores municipais, prestadores de serviços ao longo da trilha, membros de grupos de caminhada, condutores de visitantes, corredores de trilhas, ciclistas, corretores, escoteiros, entre outros).

Também é interessante contactar proprietários de áreas naturais privadas, pesquisadores, membros de conselhos ambientais e das Unidades de Conservação da região.

Os voluntários da RedeTrilhas e, quando envolver UC federal, o ICMBio, podem apoiar a realização da oficina.

3. SINALIZE

Aplique a sinalização rústica direcional na trilha. Além do Manual de Sinalização de Trilhas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, há materiais de vídeos gratuitos disponíveis na internet orientando como fazê-lo.

Podem ser instaladas tabuletas indicando orientações de percurso, distâncias e nomes de pontos de interesse, facilitando a navegação para os usuários da trilha.

Na entrada das trilhas, sempre que possível, devem ser colocadas placas de início de trilhas contendo informações de cada percurso, o perfil altimétrico, informações sobre riscos do ambiente, entre outros.

Não se esqueça de programar a manutenção periódica da sinalização.

4. CRONOGRAMA DE MANUTENÇÃO DA TRILHA

Elabore um cronograma de manutenção da sinalização.

Busque capacitação em manejo de trilhas sustentáveis e busque referências na área.

Identifique os trechos da trilha que estão erodidos ou com outros impactos aos recursos naturais e/ou que precisam de outras intervenções de manejo, tais como: melhoria na drenagem, recuperação de erosões ou colocações de degraus, etc.

Os “Fundamentos de Planejamento de Trilhas” (ICMBio, 2018) podem ajudar a orientar os parâmetros físicos para o manejo da trilha.

5. MECANISMOS DE ENVOLVIMENTOS

Crie mecanismos de envolvimento de prestadores de serviço e de usuários da trilha no seu monitoramento e manutenção, por meio de uma estrutura de voluntariado envolvida em cronograma de trabalho de manutenção e manejo permanente da trilha.

6. INSTRUMENTOS LEGAIS

Formalize o “de acordo” de proprietários de áreas privadas e responsáveis por terras públicas por onde a trilha passa, assegurando a compatibilidade da trilha com a legislação vigente.

Verifique e se planeje para cumprir os passos necessários para o reconhecimento da trilha na RedeTrilhas do Governo Federal.

7. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

E-mail: redetrilhas@mma.gov.br;

Telefone: (61) 2028-1404/1430 - Secretaria de Áreas Protegidas - SAP/MMA.

Identifique responsável pela comunicação da trilha e faça seu cadastramento no Grupo Nacional de Comunicação da Rede Brasileira de Trilhas.

Crie e utilize ferramentas de mídia social para divulgar o projeto e engajar novos parceiros.

8. GOVERNANÇA

É fundamental que cada trilha tenha um núcleo decisório com legitimidade para tomar decisões sobre a trilha, falar em nome dela com veículos de imprensa, doadores e órgãos governamentais, receber doações, decidir seu destino e participar da Governança Nacional da RedeTrilhas.

Este núcleo pode começar pequeno e ir crescendo à medida que a trilha for saindo do papel. Uma dica é se apoiar em estruturas existentes e que tenham atuação no território, tais como: Reservas da Biosfera, Mosaicos de Áreas Protegidas, Sítios do Patrimônio, Corredores Ecológicos, Regiões Turísticas do Programa de Regionalização do Turismo, entre outros espaços de participação.

LINKS DE INTERESSE



Fundamentos do Planejamento de Trilhas



Manual de Sinalização de Trilhas do ICMBio



Manual de uso da marca "Trilhas do Brasil" - RedeTrilhas

Este material foi adaptado do original desenvolvido pela Associação da Rede Brasileira de Trilhas.

REDE NACIONAL DE TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE



Por ordem do

Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

da República Federal da Alemanha



MINISTÉRIO DO TURISMO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

